

Discurso de abertura*

Os congressos constituem normal realização de comunidades científicas e profissionais que atingiram velocidade de cruzeiro e que, periodicamente, sentem necessidade de dar conta, quer a si próprias, quer a sectores mais vastos, dos trabalhos entretanto realizados. Por vezes lugar com funções latentes de mundanidade e de promoções pessoais, certamente também de recíprocas avaliações, essas reuniões têm em todo o caso de cumprir objectivos de interconhecimento, de troca, de contacto e aprendizagem. À medida da qualidade das comunicações apresentadas e do empenho e vivacidade que em torno da respectiva discussão se revele, os congressos podem funcionar como etapa e como importante memória colectiva no caminho que a comunidade profissional percorre.

Temos o direito, julgo, de esperar que o nosso primeiro congresso de âmbito nacional cumpra objectivos desse tipo. Muitas outras reuniões com propósito mais modesto ou mais sectorial, múltiplas participações de sociólogos portugueses em encontros no estrangeiro, o volume sempre crescente de pesquisas e de publicações, tudo contribui para dar garantia de que assim acontecerá. Os trabalhos que se vão desenvolver nestes dias hão-de mostrar a si própria uma comunidade científica e profissional que ganhou capacidades, que atingiu, ou está a atingir, a maturidade.

Para as gerações mais novas, em particular para os estudantes dos anos terminais dos institutos e faculdades em que a sociologia se ensina —alguns dos quais estão nesta sala—, o que agora acontece e se faz não será revelador do nosso colectivo passado recente. Seria inadequado tentar aqui, em intenção das mais jovens gerações, um esboço dessa história recente, mas não quereria deixar de sublinhar que se verificaram dificuldades que conduziram, mesmo em termos organizativos, a falsas partidas. Muitos dos que aqui se encontram relembram sem esforço, por outro lado, os tempos anteriores a 74 em que se bania a própria palavra «sociologia» por evocadora de todas as subversões. Por referência ao contexto político da época, seria certamente gratificante podermos concordar em atribuir tais virtudes subversivas ao incipiente e anónimo trabalho que uns poucos procuravam desenvolver nesses anos 60.

Com menos glória, mas com algum mérito, do que se tratava então era de afirmar o campo e tentar fazê-lo sobreviver. No plano científico, como no institucional, lutava-se por fundar pequenas colónias de pioneiros que

* Discurso proferido na sessão de abertura do congresso, sessão presidida pelo Dr. Mário Soares, presidente da República.

se dispusessem a trabalhar artesanalmente, sem garantias de continuidade, sob a ameaça de múltiplos bloqueamentos, incluindo os encontrados em publicar o que fossem produzindo. Nenhuma dificuldade existe em escolher o nome representativo e simbólico de quem mais longa e pertinazmente enfrentou esses ventos e essas marés: é o do Prof. Sedas Nunes. Foi ele, com efeito, quem esteve logo presente no primeiro abrir de caminhos e não abandonou, até hoje, as frentes em que se vai jogando o futuro da sociologia em Portugal.

As cores carregadas que sugeri para avaliar o que se passou não podem ser inteiramente abandonadas, infelizmente, para dar conta do que agora se passa e do que verosimilmente nos espera. Mas é indiscutível que se percorreu significativo caminho em tempo razoavelmente curto.

Temos hoje institucionalizado, com efeito, o ensino de graduação e de pós-graduação, com diversas escolas preparando licenciados, mestres e doutores, conferindo competências especializadas no campo sociológico. Temos institutos e centros de pesquisa, por vezes de prática pluridisciplinar, cujos produtos vão ganhando reconhecimento e aceitação, e não apenas no plano nacional. Um dos sintomas desse reconhecimento de qualidade, que é, ao mesmo tempo, condição de melhoria na investigação, encontra-se nos apoios financeiros obtidos de fundações e outras organizações internacionais. A elas se juntam procuras e subsídios internos, quer privados quer públicos, sendo de notar o significativo acréscimo de disponibilidades e de iniciativas por parte da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Finalmente, vai também aumentando, embora a ritmo bem mais lento do que seria desejável, a inserção de sociólogos em empresas, em autarquias, em serviços centrais do Estado.

Visto do lado do emprego que aos sociólogos se oferece, o panorama esboçado retraduz-se na tradicional partição entre ensino superior, investigação e profissionalização extra-universitária. Tratando-se de uma partição com evidentes e desejáveis sobreposições, não parece, no entanto, que sejam idênticas as perspectivas de crescimento, no curto e médio prazo, de cada um dos três subconjuntos.

Julgo ser o ensino universitário o que mais próximo se encontra de relativa estabilização: algumas eventuais correcções à actual distribuição da oferta no ensino em Sociologia não alteram a perspectiva de que o essencial dos novos recrutamentos de docentes se deve dirigir ao necessário reforço, por via directa ou indirecta, das actividades de pós-graduação. Já a intervenção correctora se torna bem mais urgente, como de resto tem vindo a ser reconhecido, no plano do ensino secundário. Há aí que dar coerência a conjuntos disciplinares, que racionalizar sequências, que simplificar opções, que refazer programas. Mas é também indispensável utilizar de modo mais adequado os recursos disponíveis. Para reter apenas um exemplo que directamente nos respeita, é certamente estranho e anómalo preterir oficialmente os licenciados em Sociologia, no ensino dessa disciplina, a favor de outras formações...

No domínio da investigação, por outro lado, é clara a premência de aumentar o volume e melhorar a qualidade de protagonistas e de meios da que se exerce no âmbito universitário, quer por docentes, quer por investigadores em tempo pleno. Mas é também clara a importância de fazer crescer e de melhor apoiar o contingente de sociólogos a fazer pesquisa em

associações privadas, em empresas, em organismos regionais e locais, em departamentos do Estado. Muita dessa pesquisa será do tipo que se convencionou chamar «aplicada»; muita será também pluridisciplinar. Trata-se aqui de formas de trabalho que mostram a larga zona de indefinição fronteira com o terceiro género de inserção profissional que mencionei e a que, por comodidade, chamei extra-universitária.

É em todo este conjunto que julgo irá surgir mais significativo e duradouro crescimento da procura, mais amplas e variadas oportunidades de emprego. O arranque foi também o último a verificar-se e só agora se vai tornando consistente, mas tal atraso não surpreende: ele resulta, por um lado, da inevitável lentidão com que, para a sociedade portuguesa, uma nova disponibilidade de saberes se torna visível e se afirma; por outro, do modo pouco mais veloz como os jovens sociólogos vão adquirindo consciência das suas competências específicas e das suas inserções desejáveis nessa mesma sociedade, que não tem previamente abertos para eles lugares adequados às respectivas capacidades profissionais.

Um conjunto variado de obstáculos, que operam em diversos níveis e com diferentes efeitos, bloqueia ou dificulta os caminhos que a sociologia percorre em busca de realizações e de utilidades. Boa parte de tais obstáculos depende, no essencial, do próprio funcionamento do campo, muito embora estejam igualmente presentes factores e condicionantes exteriores. Sem pretender, como é evidente, identificá-los e discuti-los de forma sistemática, gostaria, em todo o caso, de propor algumas ilustrações.

É claro o progressivo interesse que os meios de comunicação revelam pelo contributo que as ciências sociais — e não já apenas a economia e a história, como as duas mais longamente estabelecidas e institucionalizadas — podem dar à compreensão dos processos em curso na nossa sociedade. Tal interesse simultaneamente traduz e contribui para ampliar a consciência mais generalizada de que o concurso de especialistas é necessário para um melhor conhecimento dos mecanismos sociais e de que esse conhecimento, por seu turno, constitui pré-condição da eficácia de estratégias individuais e colectivas. Só que alguns equívocos persistem em introduzir-se entre a procura e a oferta de colaboração. De um lado, com efeito, nem sempre se consegue evitar pedir ao sociólogo posições e depoimentos a respeito de assuntos sobre os quais ele não pode ter senão opiniões com o mesmo grau de verosimilhança que o de qualquer outro cidadão. Do lado da oferta — e é essa a questão decisiva — também nem sempre se resiste à tentação de oferecer aos meios de comunicação social meros palpites, mais ou menos coloridos de calão sociológico.

É evidente que não proponho aqui o emudecimento do sociólogo: seria absurdo condenar o seu direito à expressão pública de opiniões, que com todos os outros cidadãos partilha. Mas há uma questão deontológica importante e difícil nessa destrinça entre a mera opinião e a análise fundamentada. Deve certamente impedir-se que o sociólogo seja remetido para o papel do que se costuma ironicamente designar por especialista de ideias gerais, descaracterizando, do mesmo passo, a sua capacidade de intervenção informada. E ela só pode, bem entendido, resultar de estudos profissionais específicos.

Noutro plano do relacionamento entre as ciências sociais e um público alargado coloca-se o problema da edição, das publicações que aquelas pro-

duzem e este consome. Apenas aflorarei aqui uma das dimensões dessa ampla e complexa questão.

Após o 25 de Abril, a par de múltiplas outras expressões de descompressão, de curiosidade e de aprendizagem colectivas, verificou-se uma verdadeira explosão da procura, praticamente indiscriminada, em direcção a obras examinando aspectos da realidade social.

O curso desses tempos historicamente densos que a nossa memória conserva foi natural e progressivamente fazendo regredir a busca generalizada, até se chegar à situação actual, em que o público não iniciado tende a retrair-se e a dirigir-se apenas aos títulos que lhe parecem mais interessantes e sugestivos. Nada há de surpreendente, nem muito menos de condenável, nessa evolução. Tal retraimento não se restringe, de resto, ao nosso país. Só que muitos dos títulos oferecem depois conteúdos irrelevantes, ou, a coberto dum verniz de cientificidade aparente, servem, de facto, pseudo-análises de pseudoproblemas. Ora vale a pena chamar a atenção para que nenhuma condenação impende sobre as ciências sociais, obrigando a que os trabalhos sérios tenham de ser indigestos ou mesmo repulsivos. E, quando a qualidade de múltiplas obras de divulgação das chamadas ciências duras a todos nos é patente, o mínimo que se pode pedir aos sociólogos é que não queiram demarcar-se dos chamarizes vazios que aparecem nas nossas livrarias afirmando o carácter surumbático dos seus próprios estudos.

Claro que a melhoria das relações da sociologia com o seu público actual e virtual está longe de se esgotar nas transformações que possam ocorrer no modo como o conjunto dos sociólogos funciona.

A superação de dois outros obstáculos que agora gostaria de enunciar depende, em contrapartida, do sentido dessas transformações. Refiro-me, por um lado, a sectarismos de diversos tipos que ainda afligem as ciências sociais e, por outro, à arbitrariedade da distinção estanque entre sociologia universitária e extra-universitária.

Quer uma permanente ironia da história da sectarismo tenda a instalar-se com tanto mais convicção e pertinácia quanto mais diminutos são os grupos desavindos, quanto mais urgentes os entendimentos e mais necessária a articulação de esforços. Não temos outro remédio senão resistir à tendência. O fraccionamento de origem institucional, ou regional, ou ideológico-política é particularmente ridículo, e sobretudo paralisador, num campo que está no limiar da massa crítica para exercer actividade profissionalmente eficaz e reconhecida. Julgo, pelo meu lado, que estamos caminhando o bom caminho na superação dessas dificuldades e que a nossa actividade associativa tem, também ela, contribuído para romper ou reduzir isolamentos. Não será um dos menores efeitos da reunião que agora começamos o que decorrerá de termos podido pôr coisas em comum, debatido questões que nos dizem respeito, projectado futuras iniciativas.

A essa ameaça de pequenos feudalismos corporativos soma-se a outra que atrás referi e que tem a ver com recíprocas exclusões entre académicos e não académicos, entre investigadores e práticos, numa palavra, entre «puros» e «impuros». Não se justifica tentar mostrar o evidente, ou seja, quanto são absurdas essas rígidas demarcações. Se de alguma visibilidade pública precisamos para o nosso trabalho, é a que o identifique com qualidade e competência, atributos necessários para responder a todos os tipos

de procura social. Não há nenhum nível de aplicação da sociologia que possa prescindir do contínuo e simultâneo aperfeiçoamento de saberes científicos e saberes operatórios. Por isso, cada vez mais, nos diversos planos em que a nossa actividade se exerce, teremos de partilhar preocupações e contributos na articulação desses saberes e, bem entendido, na forma da sua utilização.

A ciência entre quatro paredes, por um lado, o permanente sujar de mãos, pelo outro, constituem estereótipos de falsos pólos, de falsas oposições. Componentes de análise e de pesquisa cientificamente informadas devem fazer parte da mais aplicada das aplicações, como a construção de instrumentos adequados ao estudo empírico tem de enriquecer a mais abstracta das teorias.

Que está já bem difundida entre nós a consciência de que a intervenção predominantemente científica e a mais marcadamente profissional precisam de se aproximar, revela-o, de resto, o conjunto de comunicações neste congresso provenientes de sociólogos que não trabalham na Universidade. Revela-o, em particular, não só a existência, como sobretudo o interesse que tem despertado o painel sobre «condições de exercício e perspectivas profissionais da sociologia em Portugal».

Se essa recíproca aproximação me parece um dado irreversível e naturalmente positivo, é preciso dizer, contudo, que ela não exorciza por si só todo um conjunto de delicadas questões deontológicas, que dizem respeito, nomeadamente, às relações com o poder no âmbito da actividade profissional.

É sabido que os controlos exercidos pelos diversos poderes sociais se tornam mais apertados ao longo do vector que vai da produção de conhecimentos à sua aplicação. Por isso mesmo é particularmente crítica a questão de evitar que a intervenção profissional se converta em obsessiva tentativa de agradar à entidade contratante, apresentando resultados cujo mérito resida apenas em corresponder ponto por ponto ao que se julga por essa entidade desejado. Seria obviamente inaceitável, por exemplo, que se forçassem ou mesmo falseassem diagnósticos de situações em estudo no intuito de estreita consonância com a procura formulada.

Mas não se julgue que aqueles que trabalham na Universidade têm imunidade em relação a problemas semelhantes. Pense-se, por exemplo, nos efeitos perversos que às vezes resultam da corrida de obstáculos em que a carreira académica se traduz: como é sabido, as pesquisas que a sua lógica comanda — nomeadamente as que se destinam a obter o grau de doutor — nem sempre põem em lugar prioritário a relevância científica e social do objectivo analisado. Essa mesma relevância pode do mesmo modo ser preterida, em outros contextos de selecção de linhas e objectivos de pesquisa, sempre que projectos de boa qualidade fiquem vencidos pela sedução de financiamentos substanciais oferecidos a projectos alternativos de alcance menor.

Queria terminar as alusões a dificuldades encontradas na prática da sociologia com uma breve referência às disponibilidades teóricas e metodológicas da disciplina.

Fala-se, como em relação a tudo o resto, de crise. Crise da sociologia, crise dos seus paradigmas, caducidade dos grandes sistemas legados pelos pais fundadores.

Deixemos à sua sorte o termo e a ideia de crise, vítimas do desgaste de demasiados usos e ainda mais abusos. É, em todo o caso, visível algum desencanto que afecta sectores das ciências sociais em países europeus. Comparações com os recentes anos gloriosos da sociologia — os inevitáveis anos 60 —, bem como avaliações, que não podem ser optimistas, das sérias dificuldades do tempo presente, contribuirão para esse desencanto.

Pode perguntar-se o que tem isso a ver connosco, sabendo-se quanto é específico o nosso trajecto recente. A verdade é que, também neste domínio, aquilo que em Portugal se passa está articulado a espaços mais amplos, designadamente o europeu e o norte-americano, onde trabalham produtores e divulgadores importantes das grandes correntes que alimentam os desenvolvimentos científicos no campo sociológico.

Sou dos que não consideram forçosamente negativos todos os efeitos da nossa relativa marginalidade em relação a essas correntes. É certo que a periferia tende a ser candidata à colonização e, no caso que agora nos interessa, através da importação acrítica de modelos nem sempre adequados ao trabalho local. Mas a situação comporta também virtualidades que interessa ter em conta e aproveitar. A sociologia que se faz em Portugal pode, com efeito, recolher influxos variados que activamente procure e seleccione, quer os provenientes dos espaços já referidos, quer os que têm origem noutras fontes e noutras regiões. As grandes áreas linguísticas e culturais padecem geralmente de algum isolamento, apesar e por causa da sua dimensão e da sua preponderância. A nossa pequenez, em contrapartida, obriga-nos à extroversão: todo o problema reside em aproveitar sem exclusões apriorísticas os contributos exteriores avaliados como mais positivos.

Se ainda aqui, portanto, o apelo tem de ir no sentido da iniciativa e da disponibilidade, outras dificuldades ameaçam o campo.

Uma delas tem a ver com o ténue cambiante entre a necessária afirmação da sociologia como ciência e a tentação do entrincheiramento disciplinar. Ninguém hoje se atreve a recuperar antigas arrogâncias imperialistas, velhas tendências de procurar impor a outras ciências sociais uma hegemonia que nada justifica. Mas julgo ainda haver sinais, em contrapartida, de defesas mais ou menos intransigentes de fronteiras disciplinares na tentativa de evitar indesejáveis contaminações. Ora, se em fases iniciais de crescimento ainda se pode entender certo protecçãoismo resultante do intuito de consolidar problemáticas e matrizes teóricas autónomas, o que hoje é necessário, bem ao contrário, é a abertura pluri e interdisciplinar. O desenvolvimento e a eficácia das ciências sociais exigem o cruzar permanente de interrogações, de métodos, de formulações conceptuais, de resultados de pesquisa.

Mas poderá essa abertura ser eficaz num campo que por vezes é rotulado de pré-paradigmático? Não aceito, pelo meu lado, que o diagnóstico seja correcto. As ciências sociais o que têm sido e continuarão previsivelmente a ser é pluriparadigmáticas, no sentido de que não dispõem de um só corpo central de teorias e de métodos de que partam e a que se refiram as pesquisas empíricas a que procedem. É preciso reconhecer que tal situação conduz a alguns equívocos e *impasses*. Haverá aqueles que, desencorajados pela multiplicidade de referências parcialmente contraditórias das chamadas grandes teorias, se encaminham para um neo-empirismo estreito, esquecidos de que não há pesquisa sem elementos implícitos de

uma teoria do social, esquecidos também de que a forma da pergunta dirigida à realidade sempre condiciona o tipo de resposta que se obtém. Outros tenderão a remeter-se a um sistema teórico familiar, numa cristação ortodoxa que os torna incapazes de aceitar desafios e transformações, protegendo-se em dedutivismos que os abriguem de confrontos e desmentidos.

Julgo que a sociologia já teve tempo de se habituar ao convívio com referências múltiplas, com corpos teóricos, mais ou menos coerentes, propondo pistas de investigação e instrumentos diferenciados. Disso se não deve fazer tragédia. Só o seria se precisássemos de grandes modelos totalizantes e fechados que fizeram época. Mas do que carecemos é de programas de investigação abertos e consistentes que continuem a receber fundamentais contributos dos fundadores clássicos da sociologia, cujas propostas estão longe de ver esgotadas as suas virtualidades heurísticas.

Se fosse necessário, no entanto, identificar a atitude que hoje mais efeitos de ineficiência e de bloqueamento transporta para o campo sociológico, eu arriscaria dizer que é a dos sistemáticos produtores e seguidores de modas.

A essa atitude se chega por atalhos diversos, partilhando entre si a condição de amnésia, deliberada ou inocente, a respeito de alguma grande contribuição científica do passado.

Exemplo extremo encontra-se nos órfãos de paradigma, aqueles que, renegando anteriores filiações, apenas o fazem para abraçar com igual fervor a teoria, o conceito, o método de momento elevado a ribalta, não sem ir abrindo portas abertas e clamando novidade.

Em maior ou menor grau, porém, a todos nos atinge essa sucessão de temas e referências hoje promovidos e amanhã abandonados.

O próprio da moda é distinguir-se. a seguir uniformizar, de novo se distinguir, numa sucessão que para si mesma remete e a si mesma se justifica. Constitui ainda problema sociológico esse contemporâneo exacerbar do carácter mágico de algumas palavras e noções que por um tempo parecem funcionar como chaves de todas as fechaduras. É necessário fazer a história e propor explicações dos seus fulgurantes nascimentos, das suas efêmeras — mas luminosas —, vidas, dos seus banimentos sem glória nem regresso, em fim de estação.

Todo o processo científico exige cumulatividades de conhecimentos que lhe forneçam suporte adequado à apropriação de novos problemas. Nenhum permite o eterno retorno de pseudo-actualizações que afastam instrumentalidades testadas para, suprimindo cambiantes e ignorando complexidades, adaptar versões reduzidas e fetichizadas de tal ou tal teoria, de tal ou tal método. Esta última é a via que conduz a procurar os problemas e as soluções de modo tão eficaz como o bêbado da história, que circunscrevia a busca da moeda perdida na rua à zona de luz projectada pelo candeeiro público, porque era aí que se via bem.

Tomei o vosso tempo a falar de algumas condições, fundamentalmente referentes ao interior do campo sociológico, que me parece deverem ir-se cumprindo para que a prática correspondente cresça de utilidade na sociedade portuguesa. Os obstáculos enunciados são, do meu ponto de vista, superáveis.

Teremos de procurar activamente contributos teórico-metodológicos variados, cuja selecção retenha como únicos critérios a coerência e o rendi-

mento instrumental. Teremos de nos abrir à troca disciplinar e ao trabalho conjunto com outros sectores científicos. Teremos de estar atentos à relevância dos nossos temas e objectos. Teremos, num outro plano, de forjar consensos sobre diversas dimensões deontológicas e de aproximar todos os que trabalham nas várias zonas em que a sociologia se pratica, aproximando, do mesmo passo, as preocupações que cada uma dessas zonas especificamente transporte.

É normal que se espere dos sociólogos portugueses a análise de pontos críticos da sociedade em que vivem e intervenções para a sua solução, isto é, que também eles acompanhem como co-protagonistas os respectivos processos de mudança.

A referência que o tema geral do Congresso faz à «viragem do século» contém ainda um apelo à reflexão prospectiva. É que, mesmo não sendo possível, felizmente, proibir o inesperado de acontecer, é também nossa responsabilidade sondar os futuros e ajudar a escolhê-los.

Escrevia Julio Cortázar, na sua *Volta ao Dia em Oitenta Mundos*, que há uma espécie de acordo de cavalheiros entre a circunstância e os circunstanciados: «Tu não me arrancas dos meus hábitos e eu não ando a escarafunchar-te com um palito.» Mas o sociólogo não pode subescrever esse acordo de cavalheiros. Tem de se lhe exigir, ao invés, que, sem ilusões de escapar à situação de circunstanciado, não pare de questionar e de beliscar as circunstâncias.